

## Notas informativas

### Inscrições abertas para 18º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental 2012

Venha mostrar que a sustentabilidade vale a pena.  
Mostre seu diferencial competitivo e inscreva-se na

**18ª EDIÇÃO DO PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL**

Data limite para entrega de projeto:  
09 de abril de 2012.

**INSCRIÇÕES:**

Micro e Pequeno Porte      Médio e Grande Porte

**FIESP**

Com novo regulamento, a 18ª edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental 2012, está com as inscrições abertas nas categorias de micro e pequeno porte, e médio e grande porte. O prêmio visa distinguir e homenagear a empresa industrial, extrativa, manufatureira ou agroindustrial, ou a que forneça infraestrutura à indústria, com maior destaque na implementação de projetos ambientais, com resultado significativo para a melhoria da qualidade do meio ambiente. Para concorrer ao Prêmio, às indústrias instaladas no Estado de São Paulo deverão inscrever-se em: [www.fiesp.com.br/meritoambiental](http://www.fiesp.com.br/meritoambiental).



### COP -17 / CMP-7



O DMA esteve presente à 17ª Conferência do Clima da ONU (COP-17) em Durban, África do Sul, na qual se decidiu pela continuidade do Protocolo de Kyoto, viabilizando-se o Fundo Verde Climático e criando-se um roteiro para um futuro acordo global, que vigorará a partir de 2020, com metas obrigatórias para todos os países reduzirem as emissões de gases-estufa, incluindo Estados Unidos e China, maiores emissores. Este resultado foi bastante importante para o Brasil, já que com a prorrogação do Protocolo de Kyoto, continua a implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

### Indústrias de SP e RJ financiarão projetos sustentáveis na Rio+20



**RIO+20**  
United Nations  
Conference on  
Sustainable  
Development

As federações de indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo, mais a iniciativa privada, vão financiar projeto para promover

iniciativas sustentáveis em cidades do mundo todo durante a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que acontece em junho na capital fluminense. A ideia é que representantes municipais do planeta apresentem inovações tecnológicas e troquem experiências para alavancar um desenvolvimento que respeite o ambiente. A reunião para tratar dos últimos detalhes da iniciativa, fechada para a imprensa, ocorreu no Palácio do Itamaraty, no centro do Rio, na presença do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; representantes da Prefeitura do Rio; Fundação Roberto Marinho; Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). De acordo com Patriota, o local servirá de convergência para os diferentes setores da sociedade debaterem formas de conciliar o desenvolvimento social com o econômico e o ambiental. O Forte de Copacabana abrigará o projeto que está sendo mantido em sigilo até seu lançamento em março. A maquete do enorme edifício que foi apresentada no encontro deve começar a sair do papel em meados de março. A reunião acontece exatamente 20 anos depois da conferência Eco-92, também promovida pela ONU, no Rio, para debater meios de desenvolvimento sem degradar o ambiente.

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*, 25/01/2012.

### Seminário Resíduos Sólidos - As responsabilidades de cada setor



Em continuidade à série de seminários sobre resíduos sólidos, o diretor do DMA/Fiesp, Eduardo San Martin, coordenou nas Diretorias Regionais de Guarulhos e Distrital Leste, nos dias 06 e 13 de dezembro, respectivamente, os seminários "Resíduos Sólidos: As responsabilidades de cada



setor". Realizado em parceria com estas Diretorias Regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), o evento contou com a presença da secretária de Serviços Públicos de Guarulhos, Maria Helena Ribeiro; do secretário de Desenvolvimento Econômico de Guarulhos, Antônio Carlos de Almeida; do secretário de Desenvolvimento de Arujá, José Carlos Santos; e de representantes dos setores público e privado a fim de debater sobre as novas responsabilidades impostas pela Lei Federal 12305 que institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

### **Mudança do Clima..... Regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou, em janeiro de 2012, o documento denominado Plano Indústria, que consiste em contribuições da entidade ao Plano Setorial da Indústria no âmbito da regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC). O documento expressa as principais preocupações do setor produtivo brasileiro e sugere instrumentos viáveis para a gestão de gases de efeito estufa por parte da indústria.

Fonte: CNI, <http://bit.ly/tQyLaU>.

### **Estados Unidos querem investir em energia nuclear com mini reatores fabricados em cadeia**

Os Estados Unidos se preparam para produzirem um novo tipo de reatores nucleares. O Departamento de Energia daquele país anunciou na sexta-feira (20/01) que investirá 452 milhões de dólares (350 milhões de euros) nos próximos dez anos para fazer avançar o projeto de reatores modulares mini-nuclear. Segundo o plano, o setor privado contribuirá com o mesmo valor para o projeto. A idéia é construí-los em cadeia nos EUA e exportá-los em módulos por navio para países que não necessitam de centrais atômicas muito grandes como as atuais para lá montá-las. Ao fabricarem em série nos locais de destino, reduzem-se os custos e o tempo de fabricação. O plano demonstra o impulso da administração de Barack Obama para a energia nuclear.

Fonte: *Jornal El Pais*, 21/01/2012

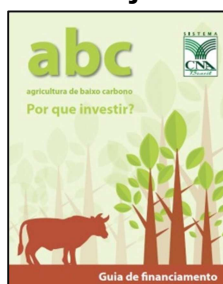
### **Amazônia está emitindo cada vez mais gás-estufa**

A Amazônia é importante para absorver gás carbônico e ajudar a combater o aquecimento global? O estudo mais recente sobre essa questão, que atormenta cientistas há décadas, aponta que ainda há dúvidas sobre se a região é mesmo um "sorvedouro" de carbono. Mas o trabalho conclui que o desmatamento e o aquecimento global estão gradualmente levando a região a se tornar mais uma fonte

dos gases de efeito estufa do que um ralo para absorvê-los. "Não sabemos de onde partimos, mas sabemos para onde estamos indo", disse à Folha Eric Davidson, cientista do Centro de Pesquisas de Woods Hole (EUA), que coordenou o trabalho. "A mudança talvez seja de um sorvedouro de carbono forte para um sorvedouro fraco ou de uma fonte pequena de carbono para uma um pouco maior, talvez até cruzando essa barreira". "O estudo, liderado por Davidson, publicado da edição de hoje da revista *"Nature"*, foi um balanço dos quase 20 anos de pesquisas do LBA (Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), o maior projeto de pesquisa em ecologia e geociências da região".

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*, 19/01/2012, p. C9

### **Cartilha sobre o Programa Agricultura de Baixo Carbono já está disponível**



O Guia de Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono foi lançado na primeira semana de fevereiro de 2012, pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA). A publicação, que será utilizada nas capacitações sobre o Plano ABC, em diversos estados brasileiros, possui informações sobre as práticas agrícolas sustentáveis e as regras de financiamento do Programa. O download pode ser feito gratuitamente no site <http://bit.ly/xHGX74>.

Fonte: Ministério da Agricultura, <http://bit.ly/aA08sj>.

### **Projeto de lei sobre Redd+ está pronto para ser votado no Senado**

O projeto de lei que normatiza mecanismos já previstos em fóruns mundiais de meio ambiente, como a Redução de Emissões por Desmatamento, Degradação, Conservação e Manejo Florestal (Redd+), já está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. De autoria do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), a proposta prevê, entre outras medidas, a repartição de benefícios da Redd+ entre quem contribuir com a preservação das florestas, em especial onde vivam populações tradicionais e indígenas, com a conservação dos ecossistemas naturais, dos serviços ambientais e da diversidade biológica. Segundo o parlamentar, há recursos para essas ações nos grupos de países doadores que podem chegar a US\$ 100 bilhões até 2020. O projeto de lei permite também o uso de doações feitas por entidades nacionais e internacionais de origem pública ou privada e a comercialização de créditos de carbono.

Fonte: *Senado Federal*, 30/01/2012 - <http://bit.ly/mmRL03>.



**Licenciamento Ambiental.....****Resolução conjunta dispensa licenciamento ambiental para agropecuária**

Em 27 de dezembro de 2011, as Secretarias estaduais do Meio Ambiente (SMA), da Agricultura e Abastecimento e da Justiça e Defesa da Cidadania assinaram resolução conjunta que autorizará a dispensa do licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo para empreendimentos com pequeno potencial poluidor e degradador. A dispensa ocorrerá desde que esses produtores apresentem uma declaração de conformidade da atividade agropecuária e que as mesmas não impliquem intervenção em áreas de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa. Também ficam dispensadas de licença - mas não de obtenção de outorga ou cadastro para a utilização de recurso hídrico - atividades de implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias destinadas a atividades agropecuárias.

Fonte: SMA, <http://bit.ly/ttc2SK>.

**Resíduos Sólidos.....****Globonews discute a questão das sacolas plásticas em São Paulo**

Miguel Bahiense, presidente do Instituto Sócio Ambiental dos Plásticos (Plastivida), participou em 31/01 do programa "Entre Aspas", da Globonews para debater sobre o acordo que visa o banimento das sacolas plásticas em São Paulo. Em debate com Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu, Bahiense argumentou sobre os prejuízos à população e ao meio ambiente que o acordo acarreta. Para assistir, acesse o link: <http://glo.bo/ykYxWQ>.

Fonte: Boletim Informativo nº 610 do Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas (Siresp), 02/02/2012

**O ocaso das sacolas**

Por Hélio Schwartzman, articulista da Folha de São Paulo: "O fim de sacolas plásticas em supermercados paulistas é um ótimo negócio para redes varejistas, uma conveniente cortina de fumaça para o poder público, um leve golpe contra o bolso do consumidor e uma medida de impacto provavelmente baixo para o planeta. Ao contrário do que se diz, as tais sacolinhas plásticas nunca foram gratuitas. Seu custo estava embutido no das compras que fazíamos. Explicitá-lo por meio de um preço é, em princípio, algo positivo, pois isso torna mais transparentes as relações de consumo e ajuda a promover hábitos menos extravagantes. Mas, como é altamente improvável que a mudança resulte na correspondente redução dos preços nas gôndolas, os

supermercados acabam se dando bem, porque, numa canetada, eliminam um custo e ganham uma nova fonte de receita, posando ainda de campeões da ecologia. Em termos ambientais, as sacolas são um estorvo, mas nem de longe o maior problema. Reduzir seu uso sem criar dificuldades maiores é uma meta louvável. Cumpri-la implicará custos, que terão de ser pagos pelos consumidores. O que irrita, no Brasil, é que governantes e lobbies são rápidos para estender a conta ao cidadão, mas muito lentos, para não dizer abúlicos, em fazer a sua parte".

Fonte: *Folha de São Paulo*, 24/1, pág. A2

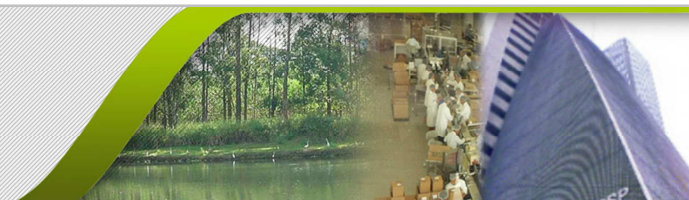
**Indústria enfrenta mercados contra o fim das sacolinhas**

Grandes mercados já aderiram ao acordo da Associação Paulista de Supermercados (Apas) com a Prefeitura de São Paulo, que prevê, a partir de 25 de janeiro, a substituição das sacolas de polietileno por ecobags (sacolas reutilizáveis) e sacolas biodegradáveis, que serão vendidas a R\$ 0,19. Enquanto isso, a indústria do plástico ataca dizendo que os mercados economizarão às custas dos clientes e que a poluição continuará (por conta da produção maior de CO2 na fabricação dos substitutos). A indústria aponta ainda que as caixas de papelão e as ecobags geram maior contaminação dos produtos por concentrarem mais bactérias e coliformes fecais, segundo um estudo. A prefeitura não faz coleta seletiva das sacolas", dispara o presidente da Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos, Miguel Bahiense. Ele ainda afirma que a mudança pode acabar com 30 mil empregos no Estado. Enquanto isso, os mercados dizem economizar R\$ 72 milhões mensais com o acordo, custo das 2,4 bilhões de sacolas que deixarão de ser distribuídas. Informou o Agora São Paulo.

Fonte: Boletim Informativo nº 603 do Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas (Siresp), 09/01/2012

**Sustentabilidade.....****Indústria química reforça investimentos em sustentabilidade**

Plástico feito com bagaço de cana de açúcar, tinta à base de água, lubrificantes biodegradáveis. Os três produtos são fruto de uma área nova da indústria química, a "química verde" que, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), deve receber até 2020 cerca de R\$ 40 bilhões em investimentos, ou 10% do valor total do recurso para o setor químico no país. Embora tenha verde no nome e seja, na teoria, um movimento para tornar mais sustentável ambientalmente o processo de produção, na prática este ramo da indústria de transformação tem sido mais uma oportunidade de negócios do que, propriamente, uma estratégia para tornar os processos de fabricação



menos poluentes. Segundo Marcelo Kós, diretor da Abiquim, nos últimos dez anos, o setor vem investindo e já há resultados como redução de emissão de gases, consumo de água, tratamento de efluentes e um movimento de substituir alguns tipos de solventes por água. Mas tornar o processo de produção mais limpo ainda é um desafio para o país. Química verde, hoje, significa desenvolvimento de produtos verdes e não, ainda, de processos de produção. Para isso, é preciso muita pesquisa.

Fonte: *Boletim Informativo nº 606 do Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas (Siresp)*, 19/01/2012).

## Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema/Fiesp)

**Secretário municipal do verde discute na Fiesp soluções para sustentabilidade**



Em encontro mensal do Cosema, Eduardo Jorge Sobrinho (em destaque na foto) diz ser possível adotar medidas sustentáveis em SP e que ações devem ser mostradas na Rio+20

Os membros do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) se reuniram em 31 de janeiro com o secretário municipal do Verde de São Paulo, Eduardo Jorge M. Alves Sobrinho, para avaliar ações de sustentabilidade e discutir o que pode ser feito na capital para proteger e recuperar o meio ambiente. Durante a reunião, o secretário apresentou dados e resultados positivos de iniciativas que reduziram o uso de combustíveis fósseis, como os ônibus do sistema de transporte público EcoFrota, que utilizam 20% de biodiesel. Ele citou, ainda, as experiências bem-sucedidas com as usinas de biogás nos aterros sanitários de São João, zona leste de São Paulo, e de Bandeirantes, o maior da América Latina. Ao falar sobre a participação do município na Conferência das Nações Unidas Rio+20, que acontece em junho na capital fluminense, o secretário ressaltou: "O mais importante é mostrar neste encontro de cidades que é possível agir. E se São Paulo pode fazer, qualquer outra cidade também pode, porque nenhum outro lugar é mais difícil do que essa cidade". De acordo com

informações mostradas por ele, foram plantadas 541.043 árvores em 2010 ante 37.855 plantios em 2005, crescimento que representa "uma média de 200 mil árvores plantadas por ano na cidade".

### Lixo e Risco

Apesar de boas notícias no âmbito de soluções sustentáveis, alguns números ainda preocupam. Segundo o secretário, a cidade de São Paulo coleta 15 mil toneladas de lixo por dia. "Isso nos leva ao desafio de reduzir a produção de lixo." E desafio ainda maior, pontuou, é o de retirar as famílias de 28.933 moradias instaladas em áreas de risco alto e muito alto. "Destas, 1.132 moradias precisam ser retiradas inadiavelmente."

### União

Walter Lazzarini, presidente do Cosema da Fiesp, dirigiu a reunião do conselho e afirmou haver um forte interesse por parte de diversos setores em unir esforços para promover uma economia e uma sociedade sustentável. Em sua avaliação, essas medidas podem ser aplicadas em conjunto pela indústria e governo. "O convite ao Eduardo Jorge tem também o objetivo de aproximar este Conselho das autoridades públicas para que haja um diálogo franco e direto", afirmou. Lazzarini ainda lembrou dos prêmios de Mérito Ambiental e de Reúso da Água, "que divulgam as iniciativas positivas e sustentáveis".

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/yzTyMW>.

## Departamento de Meio Ambiente (DMA/Fiesp)

### **Lançamento da norma ABNT 15948: Mercado Voluntário de Carbono**

Em 1º/12, o DMA participou do seminário de lançamento da Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 15.948, que trata dos princípios, requisitos e orientações para comercialização de reduções verificadas de emissões. Uma das intenções da norma é regularizar o mercado nacional e internacional.

### **Seminário de Produção Mais Limpa em saneamento**

Nos dias 05 e 06 de dezembro, o DMA participou do seminário de Produção Mais Limpa (P+L) em saneamento, quando foram evidenciadas as oportunidades de promover a discussão e pesquisas para a P+L entre as empresas, autarquias e entidades de saneamento, apoio à cooperação mais permanente entre instituições e interessados, e a troca de experiências sobre P+L aplicada a sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.





## **Fóruns Ambientais (externos)**

### **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

#### Revisão da NBR 16001- Sistema de Gestão de Responsabilidade Social

Em 19 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião desta Comissão em São Paulo, na sede da Fundação Vanzolini. Foram revisados 142 comentários sobre gestão de responsabilidade social com destaque para o quadro de correspondência entre a ISO 14001, a ISO 26000 e a ISO 16001, a ser incorporado à minuta, bem como a questão do estabelecimento de programas, não somente para os aspectos e impactos-objeto de estabelecimento de objetivo e metas, mas também para aqueles derivados da avaliação de impactos. Isso decorre da interpretação dos requisitos desta norma e de correlatas, que levou à conclusão de que a organização não é obrigada a definir objetivos e metas para todos os aspectos e impactos significativos, os quais, no entanto, devem ter programas e/ou controles operacionais específicos.

### **Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)**

#### 291ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema

Em 24 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião do Consema quando foram aprovados os Estudos de Impactos Ambientais (EIA/Rimas) do projeto de reforço da rede tubular de alta pressão, de uma empresa de gás; e dos loteamentos residenciais em Itupeva e São José dos Campos/SP.

#### Reunião da Comissão Temática de Normatização e Processante

Em 24 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião da Comissão Temática de Normatização e Processante do Consema, ocasião em que se avaliou a Minuta Deliberativa que disporá sobre as regras para o licenciamento municipal no Estado de São Paulo. Considerando a necessidade de maior detalhamento dos critérios técnicos e jurídicos que fundamentaram a lista de atividades a serem licenciadas pelos municípios, anexa a Minuta, os membros da Comissão deliberaram pela realização de uma nova reunião para a apreciação da matéria.

### **Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo/Grande (CBH-TG)**

#### Seminário sobre Perfuração de Poços Profundos

Em 14 de dezembro de 2011, o DMA esteve presente ao seminário, realizado na Sociedade dos Engenheiros de São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, foram proferidas as palestras sobre "Outorga de Recursos Hídricos Subterrâneos" e "Perfuração de Poços Profundos".

#### Seminário "Comitê de Bacia Hidrográfica"

Em 25 de janeiro, o DMA esteve presente ao seminário, realizado em São José do Rio Preto/SP, quando o representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) proferiu palestra sobre a "Atuação do Comitê para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica"; e o representante da Agência Nacional das Águas (ANA) sobre o "Uso da Água: Visão Estratégica".

### **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Rio Grande)**

#### Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Eleitoral

Em 17 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião, realizada em Ribeirão Preto/SP. Na ocasião, foram discutidos os procedimentos e critérios para o processo de eleição, bem como, estabelecido o cronograma de atividades.

### **Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)**

#### Reunião do Grupo Técnico de Cobrança

Em 19 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião, realizada em Campinas/SP. Na ocasião, foi apresentada e discutida a deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que fixa os procedimentos, limites e condicionantes da cobrança pelo uso da água em Rios Federais e Estaduais da bacia PCJ

### **Comitê da Bacia Hidrográfica do Aguapei-Peixe (CBH-AP)**

#### Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e Grupo Técnico da Cobrança (GT-Cob)

Em 26 de janeiro, o DMA esteve presente à reunião conjunta, realizada em Marília/SP. Na ocasião, foi dada continuidade à discussão dos valores e coeficientes ponderadores referentes à cobrança pelo uso da água, dentre outros assuntos tratados.

### **Câmara Ambiental da Indústria Têxtil / Cetesb**

Em 19 de janeiro, o DMA participou da reunião de instalação da CA-Têxtil da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), realizada na sede do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (Sinditêxtil) para tratar da instalação da CA e definição da agenda de trabalho de 2012.

### **Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades)**

#### 137ª Reunião Plenária Ordinária

Em 14 de dezembro de 2011, o DMA esteve presente à reunião plenária do Cades quando foi esclarecida a liminar



assinada pelo Ministério Público (MP) que suspende os licenciamentos ambientais em análise na Prefeitura Municipal de São Paulo. Após esclarecimento de dúvidas e debates, o plenário decidiu elaborar moção contra a decisão do MP a fim de que seja protocolada na Procuradoria Geral de Justiça (do Estado e do Município), Tribunal de Justiça e divulgada na imprensa.

#### 138ª Reunião Plenária Ordinária

Em 11 de janeiro, o DMA esteve presente à primeira reunião plenária do Cades neste ano. Foi apresentado o parecer técnico de Obras Viárias, Drenagem e Transporte, referente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Prolongamento e Reurbanização da Avenida Jornalista Roberto Marinho. Após debate, houve o pedido de vistas pela conselheira representante da Sociedade Civil (Centro-Oeste), fato que adiou a decisão para a próxima reunião.

#### **Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)**

Em 10 de janeiro, O DMA esteve presente à reunião da força-tarefa de meio ambiente do CBPG em São Paulo, na sede da Fiesp. A pauta tratou especificamente do evento sobre resíduos sólidos, promovido pelo Comitê e previsto para ocorrer em Campinas/SP, na sede da CPFL em 29 de março próximo. Este evento será dirigido às médias, pequenas e micro empresas, signatárias ou não do Pacto Global, com foco na discussão atual sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e nas iniciativas empresariais para reduzir resíduos da produção e no pós-consumo, bem como em logística reversa.

## **Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip/Fiesp)**



**Câmara Ambiental  
da Indústria Paulista**

De acordo com o novo calendário de 2012 das sessões plenárias da Caip, a próxima reunião acontece em 15 de março, quinta-feira a partir das 14h00, na Fiesp.

## **Eventos**

### **Seminário “Resíduos Sólidos – As responsabilidades de cada setor”**

**Data:** 07 de fevereiro de 2012.

**Horário:** 18h30 às 21h30.

**Local:** Ciesp Americana

**Endereço:** Rua do Marceneiro, 134 – Americana/SP

**Inscrições e informações:** <http://bit.ly/wEGYMi>

### **Organização Nacional de Acreditação (ONA): Crescimento Sustentado Com Qualidade**

**Realização:** BSI

**Data:** 29 de fevereiro de 2012.

**Horário:** 08h30 às 12h00.

**Local:** Espaço Franklin Covey.

**Endereço:** Rua Flórida, 1568 – Brooklin - São Paulo – SP.

**Inscrições e informações:** <http://bit.ly/A8sr6u>

### **10ª FEICANA e FEIBIO**

#### **Feira de Negócios do Setor de Energia**

**Realização:** Safra eventos

**Data:** 06 a 08 de março de 2012.

**Horário:** 09h às 20h00

**Local:** Recinto de Exposições Clibas de Almeida Prado.

**Endereço:** Av. Alcides F. Chagas, 600 Araçatuba/SP.

**Inscrições e informações:** <http://bit.ly/HYNNF>

## **Casos de sucesso**

### **Reúso do efluente doméstico**

**Empresa:** **Gnatus Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda**

Fundada em 1976, a brasileira Gnatus fabrica aparelhos odontológicos, sendo líder no mercado brasileiro e exportando para mais de 130 países. Em 1993, concluiu-se a construção de um moderno parque fabril, localizado na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, com uma área de 130.000 m<sup>2</sup>, e que hoje conta com 510 funcionários diretos.

### **Descrição das Medidas Adotadas**

O projeto consistiu na implantação de um sistema coletivo de tratamento de efluentes domésticos com filtros biológicos impermeabilizados, cujo processo é composto basicamente por: caixas para separação de óleo e graxas (caixa de gordura); tanques sépticos para separação da parte sólida da parte líquida; e filtros biológicos, que tratam o efluente através de colônias de bactérias anaeróbicas. Após esta etapa, o efluente segue para caixas de cloração, filtragem em filtro de carvão ativado especial, e reservatórios. Por



fim, a água de reúso é enviada às caixas d'água dedicadas aos vasos sanitários e mictórios, não havendo a possibilidade de mistura com a água potável.

### **Resultados Ambientais e Econômicos**

Com a implantação do projeto, a empresa reduziu o volume de captação de água potável em 70% e a emissão de esgoto em 85%. Esta redução gerou uma economia de R\$ 78.000/ano, referente ao transporte de esgoto e captação de água.

## **Legislação Ambiental Diplomas Legais Recentes**

### **Federal**

#### **Lei complementar nº. 140, de 8 de dezembro de 2011**

– Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

**Lei nº. 12.533, de 2 de dezembro de 2011** – Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, a ser comemorado em 16 de março.

**Decreto nº. 7643, de 15 de dezembro de 2011** – Altera o art. 4º do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

**Decreto nº. 7640, de 9 de dezembro de 2011** – Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações

**Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº. 448, de 18 de janeiro de 2012** - Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

**Resolução Conama nº. 436, de 22 de dezembro de 2011** - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anterior a 2 de janeiro de 2007.

**Resolução da Agência Nacional de Água (ANA) nº. 860, de 16 de dezembro de 2011** - Aprova os Atos que especifica referentes aos usos de recursos hídricos de domínio da União, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

**Resolução ANA nº. 833, de 5 de dezembro de 2011** - Estabelece as condições gerais para os atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União emitidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e dá outras providências.

**Resolução ANA nº. 724, de 3 de outubro de 2011** - Estabelece procedimentos padronizados para a coleta e preservação de amostras de águas superficiais para fins de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).

**Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº. 135, de 14 de dezembro de 2011** - Aprova o documento "Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH): Prioridades 2012-2015", como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências.

**Resolução do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) nº. 4, de 2 de dezembro de 2011** - Estabelece os parâmetros, procedimentos e regras para a aplicação da bonificação em contratos de concessão florestal de florestas públicas federais, e dá outras providências.

**Resolução SFB nº. 5, de 2 de dezembro de 2011** - Estabelece os indicadores técnicos e os critérios de elaboração de propostas e julgamento do processo licitatório para as concessões florestais federais, e dá outras providências.

**Resolução SFB nº. 6, de 6 de dezembro de 2011** - Estabelece os parâmetros para a fixação do valor da garantia dos contratos de concessão florestal federais e as hipóteses e formas da sua execução.

**Portaria conjunta nº. 472, de 9 de dezembro de 2011** - Estabelece o apoio e cooperação mútua entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e





o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para a gestão das Florestas Nacionais que elenca, visando a sua implantação efetiva para fins do manejo florestal sustentável de seus recursos, por meio da instituição da Comissão de Apoio a Gestão das Florestas Nacionais e dá outras providências.

**Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº. 2914, de 12 de dezembro de 2011** - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

**Instrução Normativa do Fundação Nacional do Índio (Funai) nº. 1, de 9 de janeiro de 2012** - Estabelece normas sobre a participação da Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.

**Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº. 17, de 29 de dezembro de 2011** - Regulamenta o processo administrativo de apuração, determinação e constituição de crédito tributário decorrente da TCFA no âmbito do Ibama, de auto de infração decorrente do descumprimento das obrigações acessórias daí decorrentes relativas ao Cadastro Técnico Federal (CTF) e o parcelamento desses valores quando ainda não inscritos em dívida ativa e dá outras providências.

**Instrução Normativa Ibama nº. 15, de 6 de dezembro de 2011** - Estabelece os procedimentos para a exportação de produtos e subprodutos madeireiros de espécies nativas oriundos de florestas naturais ou plantadas.

**Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes (ICMBio) nº. 20, de 22 de novembro de 2011** - Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.

#### Projetos de lei (PL)

**PL nº. 2909/2011** - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor de reciclagem e do setor metal mecânico.

**PL nº. 2900/2011** - Estabelece o PIB Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

**PL nº. 2874/2011** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da conservação e uso racional da água nas edificações.

**PL nº. 2863/2011** - Acresce parágrafos ao art. 32 da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política de Resíduos Sólidos.

#### **Estadual (SP)**

**Lei nº. 14.691, de 6 de janeiro de 2012** - Dispõe sobre o uso de asfalto enriquecido com borracha proveniente da reciclagem de pneus inservíveis na conservação das estradas estaduais, nas condições que especifica.

**Decreto nº. 57.689, de 27 de dezembro de 2011** - Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 57.479, de 1º de novembro de 2011, que institui o Programa Estadual Água é Vida, para veicular minuta-padrão de convênios a serem celebrados pelo Estado de São Paulo com os municípios participantes.

**Portaria da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) nº. 50, de 25 de novembro de 2011** - Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de padronização de procedimentos relacionados à Reserva Legal no Sigam (Sistema Integrado de Gestão Ambiental).

**Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) nº. 74, de 27 de dezembro de 2011** - Dispõe sobre a inexistência de licenciamento ambiental para as atividades que especifica.

**Resolução SMA nº. 05, de 19 de janeiro de 2012** - Dispõe sobre a organização dos trabalhos referentes ao cumprimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, bem como a divisão de atribuições entre as suas entidades vinculadas e disposições correlatas

**Resolução conjunta da Secretaria de Meio Ambiente (SMA)/ Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)/ Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) nº. 1, de 27 de dezembro de 2011** - Dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo.





**Deliberação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) nº. 287, de 14 de dezembro de 2011** - Dispõe sobre o cálculo e os procedimentos para o recolhimento por parte dos prestadores dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo regulados pela Artesp da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF), instituída pela Lei Complementar nº 1025, de 7 de dezembro de 2007.

**Deliberação Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) nº. 140, de 13 de dezembro de 2011** - Prorroga a validade da Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

**Deliberação CRH nº. 139, de 13 de dezembro de 2011** - Aprova minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2012-2015.

**Deliberação CRH nº. 138, de 13 de dezembro de 2011** - Aprova o relatório de Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo - ano-base 2009.

**Decisão da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) nº. 363 E, de 7 de dezembro de 2011** - Dispõe sobre a adoção o parâmetro E.coli, para avaliação da qualidade dos corpos de água do território do Estado de São Paulo.